



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682578 - SP (2021/0233797-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANDRE LUIS MONTELEONE
ADVOGADO : ANDRE LUIS MONTELEONE - SP134815
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO FERNANDO MARTINS BORTOLOTI (PRESO)
CORRÉU : WALTER RODRIGUES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO FERNANDO MARTINS BORTOLOTI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500191-48.2020.8.26.0558).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão, no regime inicial fechado, e de 583 dias-multa, à razão do valor unitário mínimo, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a ilegalidade da condenação criminal, ao argumento de que fundada em acervo de provas oriundas de indevida invasão domiciliar promovida por policiais desprovidos de mandado judicial de busca e apreensão.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação criminal decretada contra o paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que o paciente seja absolvido por ausência de prova válida do crime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impetrado (e-STJ fls. 12-13):

Com efeito, a inviolabilidade de domicílio é expressamente excepcionada pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XI, em caso de flagrante delito. In verbis: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito (...)”. É exatamente o caso dos autos. Segundo consta, no dia dos fatos, os policiais militares interceptaram o corréu WALTER, na via pública, na posse de entorpecentes. WALTER revelou aos agentes públicos que havia acabado de adquirir os entorpecentes de BRUNO. Assim, os zelosos policiais dirigiram-se até a residência de BRUNO e lograram êxito em localizar 82(oitenta e dois) pinos de crack, 50 (cinquenta) pinos de cocaína, além de 16(dezesseis) papelotes de maconha e 2 (dois) pedaços de maconha com aproximadamente

30g (trinta gramas) cada, além da quantia de R\$ 100,00(cem reais).

O estado de flagrância está evidente e foi confirmado pelos policiais.

Com efeito, “A Constituição não proíbe a entrada em casa alheia, ainda que à noite, se houver caso de flagrante delito (art. 5º,XI), ocasião em que se poderá efetuar a busca e apreensão. É o que pode ocorrer, inclusive, nas hipóteses de crimes permanentes, em que a consumação se prolonga no tempo, como no caso de “ter em depósito” ou “guardar” substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica (art. 12 da Lei nº 6.368, de 21/10/76)” (cf. Júlio Fabbrini Mirabete, Código de Processo Penal Interpretado, 10ª ed., Atlas, 2003, nº 241.2, pág.625).

Do mesmo sentir é Guilherme de Souza Nucci, “Em casos de crimes permanentes (aqueles que se prolongam no tempo), como é o caso do tráfico de entorpecentes, na modalidade 'ter em depósito' ou 'trazer consigo', pode o policial penetrar no domicílio efetuando a prisão cabível” (Código de Processo Penal Comentado, 8ª ed., RT, 2008, pág. 530,nº 31).

Por outro lado, ainda que algum vício tivesse ocorrido no flagrante não teria o condão de gerar a anulação do feito:

“Por se tratar de peça meramente informática da denúncia ou queixa, eventual irregularidade no inquérito policial não contamina o processo nem enseja sua anulação” (STF RT 762/546).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência